



Mineração

Atualizações do setor | Junho - 2026

Este boletim é um informativo da área de **Mineração** de TozziniFreire Advogados.

MINERAÇÃO NO BRASIL

Seminário Internacional de Minerais Críticos e Estratégicos (IBRAM)

Nos dias 9 e 10 de junho de 2026, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) realizou, em Brasília, a edição 2026 do Seminário Internacional de Minerais Críticos e Estratégicos. O painel de abertura tratou da construção da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), com a participação do relator do PL nº 2.780/2024, deputado Arnaldo Jardim, de integrantes da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável e de representantes da Vice-Presidência da República e do governo de Minas Gerais.

Requerimentos de pesquisa para terras raras

Dados divulgados pela ANM em 10 de junho 2026 indicam que foram protocolados 401 requerimentos de autorização de pesquisa para terras raras em 2026 (posição em 8 de junho de 2026), volume equivalente a aproximadamente 84% do total acumulado entre 1975 e 2020. O número reforça a tendência de crescimento observada nos últimos anos em projetos relacionados a minerais críticos no país.



Estudo-base da Estratégia Nacional de Terras Raras (ENTR)

Em 19 de junho de 2026, o Ministério de Minas e Energia divulgou estudo elaborado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), a Vallya e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como subsídio para a formulação da Estratégia Nacional de Terras Raras (ENTR). O estudo apresenta propostas para fortalecimento da cadeia produtiva de terras raras no Brasil e identifica oportunidades de investimento e agregação de valor ao setor.

Invest Mining Talks – financiamento da mineração e mercado de capitais

Em 30 de junho de 2026, a Rede Invest Mining realizou a 4ª Edição do Mining Talks na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, para discutir alternativas de financiamento para o setor mineral, com foco em minerais críticos e estratégicos. O evento contou com a participação do Otto Lobo, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, representantes do BNDES, FINEP, ABIMAQ e diversos outros agentes do setor. Entre os temas abordados estiveram o fortalecimento do mercado de capitais, mecanismos de apoio ao desenvolvimento da mineração e propostas voltadas à ampliação do acesso a recursos por empresas mineradoras em estágio pré-operacional.

Encerramento das Tomadas de Subsídios ANM n°s 03 e 04/2026

Em 24 de junho de 2026, encerrou-se o prazo para apresentação de contribuições às Tomadas de Subsídios ANM n°s 03 e 04/2026. As consultas tiveram por objeto, respectivamente, a definição de prioridades para a Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do quadriênio 2027–2030 e a avaliação da viabilidade de implementação de sandbox regulatório no setor mineral.



PRAZOS

Barragens de mineração – prorrogação do prazo da DCO para 3 de julho de 2026

Por meio da Deliberação nº 612/2026, a ANM prorrogou para 3 de julho de 2026 o prazo de envio da Declaração de Conformidade e Operacionalidade (DCO) do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), originalmente fixado entre 1º e 30 de junho de 2026 (art. 45, inciso II, da Resolução ANM nº 95/2022), conforme noticiado na edição anterior deste boletim. A deliberação altera exclusivamente o prazo de envio da declaração, permanecendo inalteradas as demais disposições da Resolução ANM nº 95/2022, inclusive as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.



GEOPOLÍTICA DOS MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS

China – restrições à exportação de terras raras: medidas contra entidades americanas

Em 22 de junho de 2026, o Ministério do Comércio da China - MOFCOM incluiu 10 entidades americanas vinculadas ao setor de defesa em sua lista de controle de exportações — entre elas as produtoras de terras raras MP Materials e USA Rare Earth, pilares do esforço de Washington de construir uma cadeia de suprimento alternativa à chinesa —, proibindo integralmente o fornecimento de itens de uso dual de origem chinesa a essas empresas,

em regime mais rígido que o licenciamento até então exigido. A medida retaliou a inclusão, no mesmo mês, de Alibaba, Baidu, BYD e NIO na lista 1260H do Pentágono, que reúne empresas supostamente vinculadas aos militares chineses. Em ato paralelo, o Ministério das Finanças da China impôs restrições a 46 empresas americanas, vedando a compradores chineses a aquisição de seus produtos.

China – restrições à exportação de terras raras: medidas contra entidades japonesas

Em 29 de junho de 2026, o governo chinês ampliou as restrições de exportação ao Japão por meio dos Anúncios nº 27 e nº 28/2026 do Ministério do Comércio da China - MOFCOM, com vigência imediata, incluindo 20 entidades japonesas na lista de controle de exportações e outras 20 em lista de vigilância. Embora os atos não tratem especificamente de terras raras, alcançam-nas na prática, pois esses minerais e seus derivados integram a categoria de

itens de uso dual sob controle chinês — cujas exportações ao Japão estão proibidas para fins militares desde o Anúncio nº 1/2026 (6 de janeiro). Permanecem em vigor os controles de abril de 2025 sobre terras raras médias e pesadas (Anúncio nº 18/2025); as medidas ampliadas de outubro de 2025 seguem suspensas até 10 de novembro de 2026, nos termos do entendimento sino-americano.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Norma	Data	Objeto e relevância jurídica
Comunicado ANM – Protocolo Digital	10/06/2026	Prorroga para 11/06/2026 os prazos com vencimento entre 08 e 10/06/2026, em razão de indisponibilidade do Protocolo Digital superior a 5 (cinco) horas, com fundamento no art. 81, parágrafo único, da Resolução ANM nº 16/2019. Alcança apenas os atos afetados pela interrupção, não constituindo extensão geral de prazos.
Deliberação ANM nº 612/2026	26/06/2026	Prorroga para 03/07/2026 o prazo de envio da Declaração de Conformidade e Operacionalidade (DCO) do PAEBM, previsto no art. 45, II, da Resolução ANM nº 95/2022. Altera exclusivamente o prazo de envio; os demais requisitos da Resolução ANM nº 95/2022 permanecem inalterados (detalhes na seção Prazos).
Resolução ANM nº 240/2026	29/05/2026	Alterou e incluiu dispositivos no âmbito da Portaria nº 155/2016 Art. 105. <i>A emissão da GU fica condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos: (...) V – apresentar licença ambiental ou documento equivalente, que deverá a) mencionar a(s) substância(s) mineral(is) contemplada(s) no requerimento de GU; e b) estar emitida em nome do titular do direito minerário.</i>

Nota: em 2 de julho de 2026, após o fechamento desta edição, foi publicada a Súmula ANM nº 16/2026, que consolida entendimento sobre a apresentação da licença ambiental em requerimentos de concessão de lavra.



PROJETOS DE LEI

PL nº 2.780/2024 (Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos – PNMCE e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos – CIMCE): Desde 08/05/2026, o projeto segue no Senado Federal aguardando despacho. Encontra-se pendente de apreciação o Requerimento nº 365/2026, que requer sua tramitação conjunta com o PL nº 2.210/2021. Em junho de 2026, a Consultoria Legislativa do Senado Federal publicou o Boletim Legislativo nº 115/2026, contendo análise do projeto e comparativo com os regimes aplicáveis ao investimento estrangeiro nos setores minerais do Canadá e da Austrália.

PL nº 957/2024 (Altera dispositivos do Código de Mineração): Após a aprovação do regime de urgência pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 03/06/2026 (311 votos favoráveis, 135 contrários e 2 abstenções), o projeto não foi submetido à votação em Plenário até o encerramento do período. O PL nº 957/2024 poderá ser apreciado diretamente pelo Plenário, sem necessidade de análise pelas comissões temáticas. Entre outros pontos, o projeto amplia as competências da ANM, cria novas exigências para o requerimento de lavra, disciplina a outorga de permissões em áreas já oneradas por títulos minerários e trata do aproveitamento de rejeitos, estéril e material de baixa qualidade.

PL nº 4.443/2025 (Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos): Segue em tramitação no Senado Federal. O projeto trata de matéria correlata àquela disciplinada pelo PL nº 2.780/2024.

PL nº 3.025/2023 (Rastreabilidade do ouro): Segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto institui mecanismos de rastreabilidade para a cadeia produtiva do ouro e não registrou deliberações relevantes no período.



OPERAÇÕES DE M&A E FINANCIAMENTOS



Energy Fuels anuncia aquisição da Vacuumschmelze (VAC)

Em 23 de junho de 2026, a Energy Fuels Inc. (NYSE American: UUUU; TSX: EFR) celebrou contrato definitivo para adquirir 100% da VAC, fabricante alemã de ímãs permanentes de terras raras, pelo valor de *equity* de aproximadamente US\$ 1,9 bilhão. A operação contempla pagamento em dinheiro e emissão de ações da adquirente, além da assunção de dívida líquida da companhia-alvo. O

fechamento permanece sujeito à obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, incluindo controle de concentrações e investimento estrangeiro, bem como ao cumprimento das demais condições precedentes usuais, com previsão de conclusão no início de 2027. A operação conta com apoio financeiro do U.S. Office of Strategic Capital.

Anglo American e Codelco concluem acordo do plano de lavra conjunto Los Bronces–Andina (Chile)

Em 24 de junho de 2026, a Anglo American, por meio da Anglo American Sur S.A., e a Codelco anunciaram a conclusão do acordo definitivo para implementação do plano de lavra conjunto das minas de cobre Los Bronces e Andina, após a obtenção das aprovações concorrenciais e regulatórias aplicáveis. A estrutura não envolve

transferência de ativos e prevê compartilhamento da produção adicional (estimada de 2,7 milhões de toneladas de cobre ao longo de 21 anos) decorrente da integração operacional dos empreendimentos. A implementação permanece sujeita à obtenção das licenças ambientais pertinentes, prevista para 2030.

Goldsky consolida 100% do projeto Barsele (Suécia)

Em 25 de junho de 2026, a Goldsky Resources Corp. (TSXV: GSKR) concluiu a aquisição, junto à Agnico Eagle Sweden AB, dos 55% remanescentes da Gunnarn Mining AB, titular do projeto aurífero Barsele, encerrando a joint venture existente. A contraprestação incluiu pagamento em dinheiro, emissão de ações da adquirente e concessão de royalty sobre a receita líquida de

fundição. Com a conclusão da operação, a Agnico Eagle tornou-se acionista relevante da Goldsky, tendo as partes celebrado acordo de direitos de investidor contemplando, entre outros temas, direitos de participação em futuras emissões, indicação de membros do conselho e direitos de registro.

Toubani Resources adquire participação de 19,9% na Avanti Gold

Em 29 de junho de 2026, a Toubani Resources Limited (ASX: TRE) anunciou a celebração de contratos de compra de ações com acionistas da Avanti Gold Corp. (CSE: AGC) para a aquisição de aproximadamente 19,9% do capital social. A contraprestação será integralmente satisfeita mediante

emissão de ações e opções pela adquirente. O fechamento da operação está previsto para ocorrer até 20 de julho de 2026, sujeito ao cumprimento das condições aplicáveis. A Avanti Gold detém participação de 73,5% no projeto aurífero Misisi, localizado na República Democrática do Congo.





Responsáveis pelo boletim

-  Oswaldo Dalla Torre
-  Vinícius Gonçalves Villa Alvarez

Contribuíram para o conteúdo

-  Elias Giovanini Gonçalves
-  Felipe Kachani Bisker

Este boletim tem caráter meramente informativo, reflete o panorama do mês de maio de 2026 e não constitui aconselhamento jurídico. Recomenda-se a análise específica de cada caso concreto.